



Plano Safra visa agora alimentos básicos

Objetivo é garantir abastecimento interno com estoques públicos e minimizar perdas por eventos climáticos adversos

O próximo Plano Safra deve estimular o plantio de produtos básicos da alimentação brasileira para a formação de estoques públicos, disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. O programa, anunciado sempre no mês de junho, tem o objetivo de estimular a produção agropecuária por meio de empréstimos a juros mais baixos.

A formação de estoques, segundo ele, servirá para garantir o abastecimento nacional em caso, por exemplo, de perdas na produção agrícola ou pecuária por extremos climáticos, como secas ou fortes chuvas.

As recentes cheias históricas no Rio Grande do Sul fizeram, por exemplo, com que o governo decidisse zerar a taxa de importação de arroz e comprar o cereal de outros países, já que o estado detém 70% da produção do grão no país e enfrenta dificuldades para escoar a produção, além de perdas na lavoura.

“A gente [precisa] diversificar a nossa produção, tirar do produtor a opção de só plantar soja, milho, algodão”, afirmou o ministro.

“Nós vamos lançar contratos de opções para esses produtos que são a base da alimentação brasileira. É o arroz, feijão, trigo, a mandioca. E o milho – lógico, se transformando em carnes [o milho serve como ração para os animais]”, acrescentou Fá-

varo. Plantio de arroz e feijão encolheu mais de 30% em 16 anos, com o avanço da soja e do milho.

Como funciona o contrato de opções? Se um produtor de trigo, por exemplo, decide fechar um contrato de opção com o governo, ele passa a ter o direito – mas não a obrigação – de vender a sua produção ao Estado, em uma data futura, por um preço previamente fixado.

Se esse valor foi fixado em R\$ 78 por saca, por exemplo, e as indústrias estiverem pagando mais na data futura, o produtor tem a liberdade de vender o seu trigo para as empresas privadas.

Porém, caso o mercado esteja pagando menos, o agricultor tem a garantia de que o governo vai comprar o seu produto por aquele valor.



Vamos lançar contratos de opções para arroz, feijão, trigo, a mandioca. E o milho – lógico, se transformando em carnes [o milho serve como ração para os animais]”

CARLOS FÁVARO
Ministro da Agricultura

“É o governo ajudando ter equilíbrio...e com números modestos. Não é voltar ao tempo que tinha super estoques públicos, onde o grande comprador concorrente é o poder público. [...] Não é esse o objetivo, mas é a presença do Estado para manter o equilíbrio e o abastecimento”, disse Fávaro.

“Por isso, este mistério tem o nome também de ‘Abastecimento’ e uma empresa pública como a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento] para cumprir o seu papel”, acrescentou.

No caso do arroz, por exemplo, os maiores estoques já registrados foram nos anos de 1988 e 1989, com cerca de 4,4 milhões de toneladas, segundo a série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Atualmente, eles estão zerados. Os críticos dos estoques públicos argumentam que esta seria uma política intervencionista do Estado nos preços de mercado. Já seus defensores dizem que se trata de uma medida de soberania e segurança alimentar.

A ação mais recente nesse sentido foi o anúncio de um leilão público para importação de arroz, marcado para o dia 6 de junho. O grão importado será vendido ao consumidor por um preço tabelado e com um rótulo do governo, ação que foi considerada intervencionista por associações de produtores.



DIVULGAÇÃO

Agricultores devem ser incentivados a plantar produtos como arroz, feijão, mandioca, trigo em todo país



DIVULGAÇÃO

Confederação da Agricultura pede suspensão de leilão para arroz

Entidade vai ao STF contra importação de arroz

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ingressou, na segunda-feira (3/6), com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do governo federal de autorizar a importação de arroz. A medida adotada pelo Executivo tem como objetivo impedir aumento exorbitante dos preços e até a falta do grão em meio à tragédia climática no Rio Grande do Sul.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pela entidade pede, entre outras medidas, a suspensão do primeiro leilão público da Companhia Nacional de Abas-

tecimento (Conab), na próxima quinta (6), para a compra do cereal importado, e pede explicações ao governo sobre a medida.

Na ação, a CNA ressalta que 84% da área plantada do Estado foi efetivamente colhida antes do início das chuvas e destaca que não existe o risco de desabastecimento. “A safra gaúcha de 2023/2024 foi de aproximadamente 7,1 milhões de toneladas de arroz, patamar aproximado ao volume colhido pelo Estado na safra 2022/2023 que foi de 7,239 milhões de toneladas, segundo dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga)”, reforça a entidade.

A confederação alega ainda que a importação pode afetar o setor produtivo, “com potencial de desestruturá-la, criando instabilidade de preços, prejudicando produtores locais de arroz, desconsiderando os grãos já colhidos e armazenados, e, ainda, comprometendo as economias de produtores rurais que hoje já sofrem”, se referindo à tragédia no Rio Grande do Sul.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

E que as duas medidas provisórias, duas portarias interministeriais e uma resolução do Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior, editadas pelo governo, são inconstitucio-

nas. A previsão é de que ocorra a importação de até um milhão de toneladas do produto.

A CNA alega, também, na ação, que os produtores não foram ouvidos pelo governo antes que a medida fosse anunciada.

“Não só os sindicatos locais, mas também a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e a própria CNA detêm informações técnicas relevantes e dados de produção e colheita do arroz que demonstram que o risco de desabastecimento não existe, e que a política de importação do arroz se revelaria desastrosa e contrária ao funcionamento do mercado.”

Fiea debate meio ambiente, práticas sociais e governança na indústria

A Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea) abriu ontem (3), no Hotel Jatiúca, a Jornada da Indústria, uma série de eventos com o objetivo de promover, em Alagoas, discussões sobre temas fundamentais para o desenvolvi-

mento do setor industrial. O evento segue até esta terça-feira, (4).

O primeiro tema da programação foi “Conectando o futuro: Avançando com ESG na indústria”. ESG é uma sigla em inglês (Environmental, Social and Governance)

relacionada às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização, que impactam na cadeia de valor de seus negócios.

Na programação do primeiro dia, um o diálogo empresarial sobre ‘Desafios e Oportunidades: Investimen-

tos Estratégicos no Cenário Nacional’. O segundo dia do evento (terça-feira, 4) será marcado por painéis de especialistas. O painel será composto por oito mesas de debates nos temas: Transição Energética, Transformação Digital, Bioeconomia e Eco-

nomia Circular, com a participação de representantes de Instituições de Ciência e Tecnologia, Academia e da Indústria.

Para isso, foram convidadas empresas de referência nacional nos temas e especialistas para garantir de-

bates de alto nível. O evento conta com a participação de empresários e profissionais da Indústria e de pessoas que contribuem para o crescimento do setor, sendo recepcionados pelo presidente da Fiea, José Carlos Lyra de Andrade.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO
A Prefeitura de União dos Palmares torna público que fica retificada a data da Concorrência nº 90001/2024, que ocorreria em 17/06/2024, às 09h00min, ficando designada a abertura para 18/06/2024, às 09h00min, tendo em vista a divergência de datas de divulgação no PNCP e na Imprensa Oficial, não havendo alterações no edital.
Areski Dâmara de Omena Freitas Junior
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO
Modalidade: **Pregão Eletrônico** nº 09/2024- TIPO: Menor Preço por item, Data de realização: 13 de junho de 2024, às 09 h00min. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA DESTINADOS A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/AL. Disponível no site: <https://bnccompras.com> com informações: licitacao@aguabranca.al.gov.br.
Água Branca, 29 de maio de 2024.
José Carlos de Carvalho
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
AVISO DE LICITAÇÃO
SEGUNDA CHAMADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024. Objeto: Registro de preços para fatura e eventual aquisição de filmes radiológicos. Tipo: Menor preço. Data da realização: 17 de junho de 2024, às 09:00h. **SEGUNDA CHAMADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024.** Objeto: Registro de preços para fatura e eventual contratação de serviços de lavagem, higienização e desinfecção. Tipo: Menor preço. Data da realização: 17 de junho de 2024, às 09:30h. Local: Banco Nacional de Compras - BNC. Os editais encontram-se a disposição dos interessados através do site da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e na plataforma eletrônica do BNC. Dúvidas através do e-mail licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com. Marechal Deodoro/AL, 03 de junho de 2024. Leandro Bittencourt Miranda -Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA-AL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024 - Processo Administrativo Nº 04300018/2024. Tipo: Menor Preço Por Item - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS TIPO PASSEIO E PICK UP 4X4. PROPOSTA Nº 11323039000124005. EMENDA PARLAMENTAR Nº: 27260002. COM O FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOCA DA MATA - AL. Data/Horário: 20 DE JUNHO DE 2024, 10:00H. Horário de Brasília.
O edital se encontra disponível no site <http://www.bnc.org.br>; Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), <http://www.bncdamata.al.gov.br>; na sede da CPL, situada na rua Rosalvo Pinto Dámaso, nº 224, Praça Padre Cícero, Boca da Mata/AL das 08 às 12 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail: cplbocadamata2020@gmail.com. Pregoeira - Juciana Bezerra.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA
O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS SINTRO/AL com base nos artigos 13, 18 e 20 do Estatuto desta entidade, por meio de seu representante legalmente constituído, faz publicar o presente Edital, para convocação dos trabalhadores da empresa Real Transportes Urbanos Ltda, para participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada na porta da Garagem da empresa, situada na Trav. Muniz Falcão, nº 1.000 - Bairro Clima Bom, nesta Capital. **No dia 07 de Junho de 2024 (sexta-feira), em primeira chamada às 05:h00, pelo número de trabalhadores exigido no Estatuto, e em segunda chamada às 06:h00, com qualquer número de trabalhadores presentes. Tendo como Pauta: a) Discussão e Deliberação sobre a Cláusula Sétima da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor. b) Assuntos Gerais.**
Maceió, 03 de Junho de 2024.
Sandro Reges de Oliveira - Presidente do SINTRO/AL.

MUNICÍPIO DE POÇO DAS TRINCHEIRAS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024-SRP
A Divisão de Licitações do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO o ADIAMENTO do Pregão Eletrônico nº 16/2024-SRP, Tipo Menor Preço, que tem como objeto o Registro de preços para eventual e futura aquisição de material de Construção. A sessão Pública ocorrerá no dia 14 de junho de 2024, às 09:00 (nove) horas (horário de Brasília).
O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Poço das Trincheiras (prefeitura@pocodastrincheiras.al.gov), ou no endereço Praça Leopoldo Wanderley, 91, Centro, Poço das Trincheiras - AL, CEP 57.510-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail cpl.pocodastrincheiras@gmail.com
HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA
Pregoeiro

